

Quinta-Feira, 07 de Maio de 2026

Rondon: na selva sim, no trono não! Suelme Fernandes

Opinião

Redação

Desde seus primeiros anos a serviço do Exército em Mato Grosso, Marechal Cândido Rondon demonstrou que seu destino era servir à pátria não ao poder.

Já em 1890, quando foi nomeado chefe do Distrito Telegráfico de Mato Grosso, e novamente em 1892, ao assumir a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, Rondon teve oportunidades de ingressar na política local e até ser nomeado governador, graças às boas relações que mantinha com a nascente República.

Preferiu os fios telegráficos e o sertão aos palácios do poder, uma escolha que marcaria toda a sua trajetória.

Em 1915, quando as elites políticas mato-grossenses se digladiavam em disputas separatistas entre o sul e o norte do estado, Rondon surgiu como um nome de consenso, conciliador e pacificador. A indicação contava com o apoio do próprio presidente Wenceslau Braz.

Ao declinar do convite, declarou com firmeza:

“Não trocarei a missão de unir os brasileiros pelos fios do telégrafo pelo jogo da política que os divide.”

Com sua recusa, o presidente nomeou o general Caetano de Albuquerque para governar o Estado de 1915 a 1918.

Dois anos depois, em 1917, a história se repetiu. Rondon foi novamente convidado pelos partidos locais e pelo Presidente para ser governador de consenso, desta vez tendo como adversário Dom Aquino Corrêa, o influente arcebispo de Cuiabá.

Rondon recusou mais uma vez. E, mesmo fora da disputa, movimentou-se contra a candidatura clerical.

Das profundezas do sertão, onde instalava linhas telegráficas, enviou telegramas que sacudiram o país:

“Um governo clerical seria a morte do progresso”, denunciou, classificando a candidatura como “incompatível com os princípios republicanos.”

A reação foi feroz. O jornal A Cruz, de Cuiabá, porta-voz dos interesses católicos, lançou graves calúnias contra Rondon, acusando-o de roubar terras indígenas e desviar recursos públicos.

O sertanista respondeu como só um homem de sua estirpe poderia:

“Só o chicote poderia desagravar minha honra, se o canalha tivesse coragem de assinar seu nome!”

A população cuiabana tomou as ruas em sua defesa, reunindo-se por centenas na Praça da República.

Em 1937, já na era Vargas, Rondon foi novamente convidado para assumir o governo de Mato Grosso, desta vez como interventor federal.

Mais uma vez, recusou.

O presidente Getúlio Vargas, então, nomeou Júlio Strübing Müller, que governou o estado até 1945.

Marechal Rondon faleceu em 1958, mas suas quatro recusas ao poder em 1890, 1915, 1917 e 1937, permanecem como lições eternas de integridade.

Enquanto políticos até hoje se agarram a cargos como náufragos a tábuas, ele escolheu o sertão e integrar os indígenas a nação:

Enquanto religiosos buscavam influência temporal, ele defendeu com firmeza a separação entre Igreja e Estado. Lição a ser aprendida.

Rondon poderia ter governado Mato Grosso por quatro décadas ou até mais que isso, mas escolheu unir o Brasil.

Não com decretos, mas com telégrafos e aldeamentos indígenas. Não com discursos, mas com ações.

Enquanto políticos são esquecidos com o tempo, sua luz continua a nos guiar, como exemplo de civismo pátrio e desprendimento.

Rondon e sua História reluzem no hoje como uma lanterna acesa na noite escura do nosso existir.

Suelme Fernandes é mestre em história e membro da IHGMT.